

VIOLÊNCIA DOMÉSTICA

Centenas marcham em Lisboa para que nem mais uma mulher seja vítima de violência

25/11/2017, 20:58 3

Centenas de pessoas, entre as quais deputados e três ministros, marcharam em Lisboa, para pedir que "nem mais uma" mulher seja vítima de violência doméstica.



Manifestação assinalou o Dia internacional contra a Violência Doméstica

ANTÓNIO COTRIM/LUSA

Autor

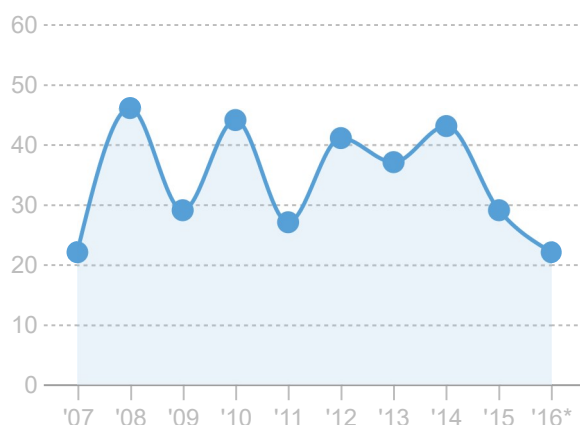
Centenas de pessoas, entre as quais deputados e três ministros, marcharam neste sábado à tarde, em Lisboa, para pedir que “nem mais uma” mulher seja vítima de violência doméstica e para rejeitar qualquer discriminação contra as mulheres. Assinalando o Dia internacional contra a Violência Doméstica, a marcha começou com uma concentração no Largo do Intendente, em Lisboa, onde foram recordados os nomes das 18 “caídas”, as mulheres que morreram este ano em Portugal vítimas de violência de companheiros ou ex-companheiros, e a forma como foram assassinadas.

Entre as mulheres que representaram as vítimas encontrava-se a deputada socialista Catarina Marcelino, que foi, até outubro, secretária de Estado da Cidadania e Igualdade. Os manifestantes marcharam depois até ao Rossio, ao som de tambores e de palavras de ordem como “A nossa luta é todo o dia, somos mulheres e não mercadoria”, “Não é Não” ou “Deixa passar, sou feminista e o mundo eu vou mudar”.

FEMICÍDIO



Número de ocorrências em Portugal



Fonte UMAR. (a 07/03/2017). [Notas](#)

[Sugestões?](#)

Na marcha, com o lema “Contra a violência machista, age!”, podia ler-se, nos cartazes, mensagens como “Não me calo”, “Contra a ditadura da heterocultura” ou “Amor não mata, machismo sim”.

Este é o terceiro ano consecutivo com menos casos de mulheres vítimas de violência doméstica, mas Elisabete Brasil, da UMAR (União de Mulheres Alternativa e Resposta), uma das organizações que promoveram a manifestação, considerou que é “sempre preocupante” quando uma mulher morre “no lugar onde se deveria sentir mais segura, na sua casa”.

Elisabete Brasil salientou que “muitas vezes, os casos são conhecidos dos familiares, da polícia ou da justiça” e defendeu a necessidade de apostar na prevenção, alertando os jovens para as questões da igualdade.

Alexandra Silva, presidente da Plataforma Portuguesa para os Direitos das Mulheres, realçou que as mulheres são vítimas de “mais do que a violência doméstica”, pedindo a eliminação da “violência de todas as formas, em diferentes esferas da vida das mulheres, em diferentes locais e por diferentes tipos de agressores, como no local de trabalho, na rua, na intimidade”.

Também a coordenadora do Bloco de Esquerda, Catarina Martins, apontou que a desigualdade entre homens e mulheres continua a prevalecer. “Uma em cada quatro mulheres em Portugal declara-se como tendo sido vítima de

assédio e violência física e sexual. As mulheres continuam a ganhar menos dos que os homens, mesmo quando têm mais qualificações. A desigualdade é real e abate-se contra metade da população”, exemplificou.

“É importante que se assuma que a violência contra as mulheres é o maior problema de segurança em Portugal e, portanto, é muito importante que estejamos todos envolvidos”, declarou a dirigente bloquista. Luís Brandão era um dos muitos homens que aderiram à marcha, apesar de não pertencer a nenhuma das organizações que a promoveu. Empunhando um pequeno cartaz em que se lia “Namorar não é abusar”, disse que quis associar-se “como homem, como cidadão”. “É uma luta das mulheres, mas seria errado achar que é uma luta só das mulheres”, considerou.

Do Governo, estiveram presentes as ministras da Presidência, Maria Manuel Leitão Marques, e da Justiça, Francisca Van Dunem, e o ministro da Administração Interna, Eduardo Cabrita. O governante recordou que cerca de dois terços das esquadras e postos da GNR e da PSP têm espaços dedicados ao atendimento de vítimas de violência doméstica e sublinhou que o Orçamento do Estado para 2018, que deverá ser aprovado na próxima semana, prevê que qualquer nova instalação ou requalificação contará com um destes espaços. O objetivo, salientou Cabrita, é atingir a plenitude das esquadras e postos em todo o país.

A secretária de Estado da Cidadania e Igualdade, Rosa Monteiro, disse que o executivo pretende “reforçar todas as estruturas que prestam apoio ao nível de atendimento e de suporte” a mulheres vítimas de violência, estando previsto o “reforço com duas casas, destinadas a mulheres vítimas com problemas na área da deficiência e da saúde mental”.

PARTILHE

COMENTE

3

Comente e partilhe
as suas ideias